

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Março/2018 (Dados de janeiro/2018)



Desempenho Fiscal

União registra superavit primário de R\$ 36,1 bilhões em janeiro de 2018. No âmbito do governo central, o superavit para o mês foi de R\$ 36,5 bilhões. Ainda que as projeções de mercado apontem para um deficit anual de R\$ 149,2 bilhões, ante uma meta deficitária de R\$ 159,0 bilhões, a situação fiscal requer atenção devido aos sucessivos períodos de deficit.

A. RESULTADO PRIMÁRIO

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		LDO (B)	DIFERENÇA (B)-(A)
	EM JANEIRO	ATÉ JANEIRO (A)		
Setor Público Consolidado	46,9	46,9	-161,3	-208,2
União	36,1	36,1	-162,5	-198,6
Governo Central	36,5	36,5	-159,0	-195,5
Empresas Estatais Federais	-0,4	-0,4	-3,5	-3,1
Estados e Municípios	10,8	10,8	1,2	-9,6

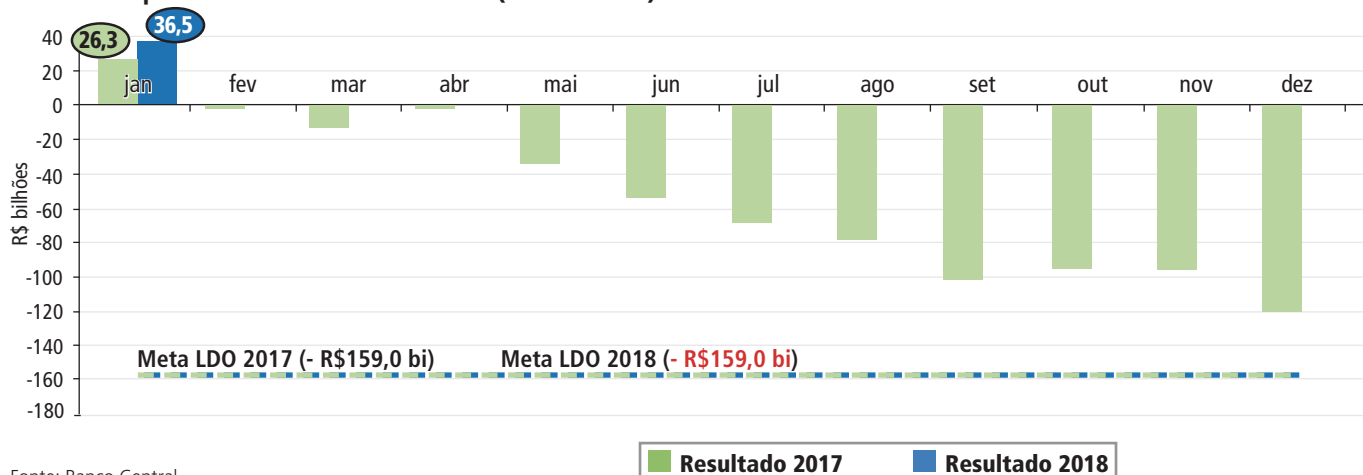
Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.473/2017 (LDO 2018) atualizada pela Lei 13.480/2017.

O resultado primário da União em janeiro de 2018 foi superavitário em R\$ 36,1 bilhões. Tal resultado, porém, reflete desempenho sazonal e não representa indicativo de cumprimento da meta fiscal anual. No mesmo período de 2017, o superavit apurado foi de R\$ 25,5 bilhões. Para

o ano, as projeções de mercado informadas pelo Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, apontam para deficit de R\$ 149,2 bilhões, contra deficit de R\$ 159,0 bilhões fixado como meta para o Governo Central na LDO para 2018.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2017-2018)

Resultado primário acumulado do ano (2017 - 2018)



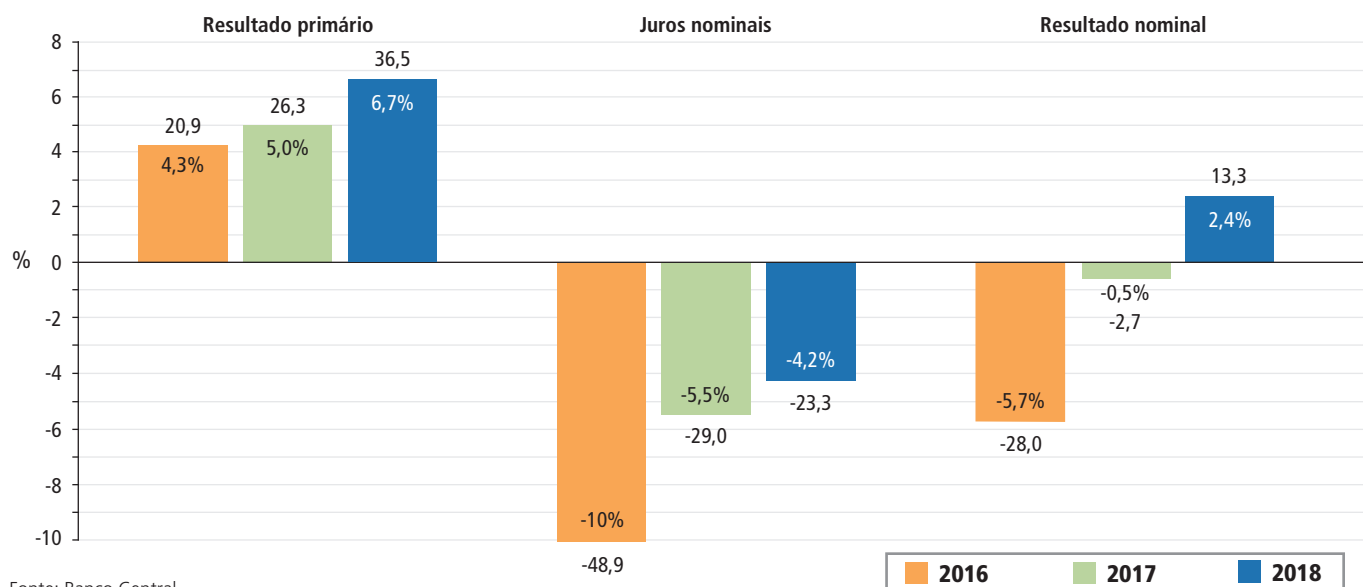
Fonte: Banco Central.

Em janeiro de 2018, o governo central apresentou superávit primário de R\$ 36,5 bilhões, equivalente a 6,7% do PIB acumulado no ano. Esse resultado se mostra ligeiramente

mais robusto que o verificado no mesmo mês do ano anterior, superavitário em R\$ 26,3 bilhões (5% do PIB).

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2016-2018)

Resultados fiscais do governo central — Janeiro (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central.

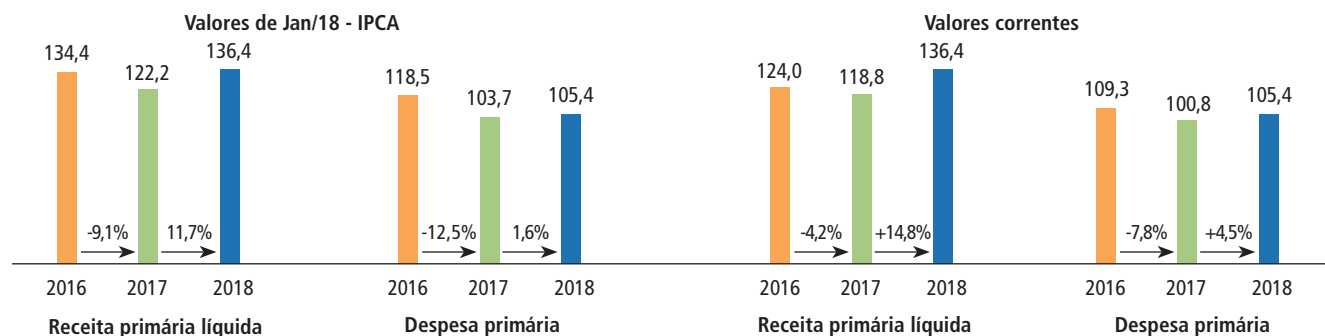
O resultado nominal do governo central em janeiro de 2018 foi superavitário em R\$ 13,3 bilhões (2,4% do PIB). Em 2017, o mês de janeiro apresentou deficit de R\$ 2,7 bilhões (0,5% do PIB). Contribuíram para esse resultado as sucessivas reduções da taxa básica de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que

de janeiro de 2017 até janeiro de 2018 foi reduzida de 13,75% a.a. para 7,00% a.a¹. Os juros nominais líquidos, apropriados por competência, alcançaram R\$ 23,3 bilhões (4,2% do PIB) em 2017 e também se encontram em trajetória declinante se comparados aos R\$ 29,0 bilhões (5,5% do PIB) apurados no mesmo período do ano anterior.

¹Atualmente a taxa básica de juros está em 6,75% desde a última reunião do COPOM em 8/2/2018.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Janeiro (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou aumento real de 11,7% em janeiro de 2018, relativamente a janeiro de 2017. A despesa primária, por outro lado, teve crescimento real de 1,6%.

O principal componente da receita primária, constituído pelas receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), alcançou R\$ 109,8 bilhões, apresentando aumento real de 10,35% em 2018, comparativamente a 2017, apontando para a retomada do crescimento.

Possíveis explicações para o aumento da receita comparadas a janeiro do ano passado advêm do recebimento de recursos advindos do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT/PRT), devido a desconto de 90% de juros de mora e de 70% de multas para contribuintes que liquidaram seus débitos à vista em janeiro/18 no montante de R\$ 7.8 bilhões, elevação de alíquota do PIS/COFINS em julho de 2017 que respondeu por R\$ 1,2 bilhões do crescimento da receita total, além da melhoria dos indicadores macroeconômicos verificada.

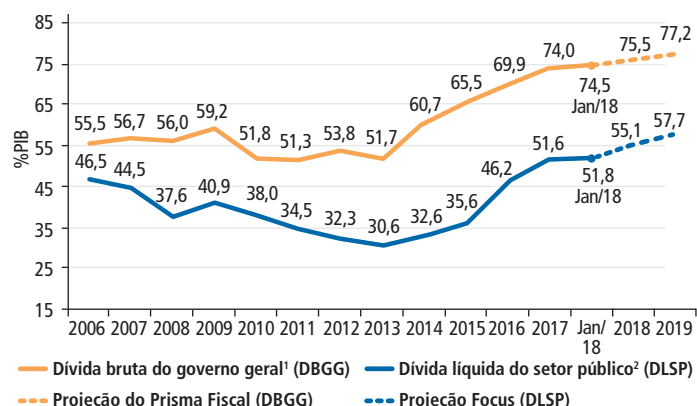
E. CONTINGENCIAMENTO

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias Extemporâneo de fevereiro de 2018 prevê a redução da receita líquida de transferências a estados e Municípios de R\$ 1.039,5 milhões, em relação à projeção contida na LOA 2018.

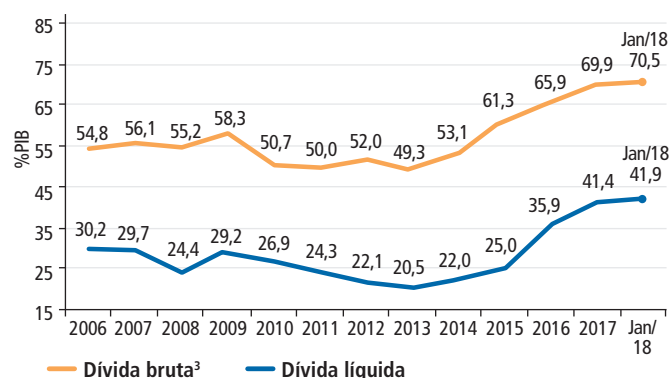
Pelo lado das despesas primárias, estima-se uma redução de R\$ 1.767,6 milhões, o que resulta em uma ampliação nas despesas discricionárias, no montante de R\$ 728,1 milhões.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2006 a jan/2018



Governo Federal - 2006 a jan/2018



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de fevereiro/2018 e Relatório Focus de 02/03/2018. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral (DBGG) aumentou 0,5 p.p. em relação a dezembro de 2017 e alcançou 74,5% do PIB (R\$ 4,9 trilhões). Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 51,6% do PIB (R\$ 3,4 trilhões) em janeiro, e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 17,6% do PIB (R\$ 1,2 trilhão).

A despeito do resultado fiscal superavitário do mês de janeiro, comentados nos itens A a C, ainda se mantém a tendência de alta do endividamento público. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de janeiro, a DBGG deve alcançar 75,5% do PIB ao final de 2018.

A dívida líquida do setor público (DLSP) totalizou R\$ 3,4 trilhões (51,8% do PIB) em janeiro, com incremento de apro-

ximadamente 0,2 p.p. em relação ao mês anterior. Essa expansão de 0,2 p.p. na relação DLSP/PIB em janeiro de 2018 decorreu do efeito da valorização cambial de 4,4% no ano (aumento de 0,7 p.p.), da incorporação de juros nominais (aumento de 0,4 p.p.), do superávit primário (redução de 0,7 p.p.), e do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,2 p.p.).

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto aumentou 0,6 p.p. em janeiro de 2018 frente ao mês anterior e alcançou 70,5% do PIB (R\$ 4,6 trilhões). A dívida líquida federal cresceu 0,5 p.p. no período e registrou 41,9% do PIB (R\$ 2,8 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Bruno Rocha, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal